

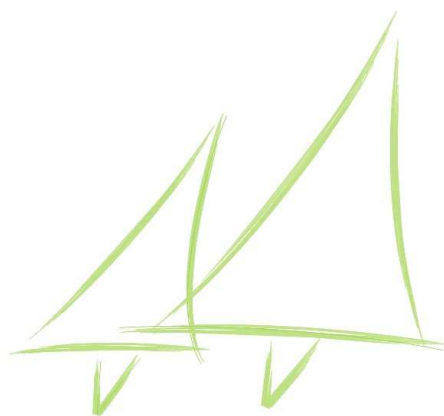
# V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO  
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



## 196 - INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES: O COOPERATIVISMO COMO UMA ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

**O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo  
comércio justo e pelo trabalho digno**

*Ana Carolina Santana*  
[carolcontato@yahoo.com.br](mailto:carolcontato@yahoo.com.br)

*Mirella Caetano de Souza*  
[mi\\_souza@hotmail.com](mailto:mi_souza@hotmail.com)

*Universidade Federal de Lavras – UFLA*

### **Resumo**

Uma série de fatores relacionados com a globalização e a reestruturação produtiva, além das privatizações das empresas públicas, resultou em altos índices de desemprego. Neste contexto ressurgiu no Brasil o movimento da Economia Solidária, visando propiciar a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas. Inseridas neste cenário surgem também as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que têm a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares, criadas por iniciativa de grupos de desempregados ou, que vivenciem situação de emprego / trabalho precarizado. Neste sentido, o cooperativismo popular ou de trabalho pode ser destacado como uma das alternativas para viabilizar um projeto de geração de renda e inclusão social. Sendo assim, este ensaio teórico tem como objetivo discutir o papel do cooperativismo como uma estratégia para a geração de trabalho e renda para a sociedade, além de abordar a importância das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) para o fortalecimento do movimento de Economia Solidária. Por fim, observa-se que o cooperativismo popular vai além da geração de trabalho e renda, proporcionando auto-estima, valorização do trabalho e da pessoa, bem como emancipação social no sentido de conscientização e cidadania.

**Palavras - chave:** Cooperativismo popular; Economia Solidária; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP).

## **Abstract**

A series of factors related with the opening of the economy and the productive restructuring, besides the privatizations of the public companies, resulted in high unemployment indexes. In this context, it appears in Brazil again the movement of the Solidary Economy, seeking to propitiate the survival and the improvement of the quality of life of millions of people. Inserted in this scenery they also appear the Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCP), that they have the purpose of giving support to the formation and the development of popular cooperatives, created by initiative of unemployed groups or, that live employment situation / precarious work. In this sense, the popular or work cooperative it can be outstanding as one of the alternatives to make possible a project of generation of income and social inclusion. Being like this, this article has as objective discusses the paper of the cooperative as a strategy for the work and income generation for the society, besides approaching the importance of the Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCP) for the invigoration of the movement of Solidary Economy. Finally, it is observed that the popular cooperative is going besides the work and income generation, providing self-esteem, valorization of work and valorization of person, as well as social emancipation in the sense of understanding and citizenship.

**Key – words:** Popular Cooperative; Solidary economy; Technological incubators of Popular Cooperatives (TCP)

## **1. Introdução**

A globalização e a reestruturação da produção presenciada a partir da década de 90 proporcionaram uma elevação dos índices de desemprego no país. Além disso, o problema foi agravado com a privatização das empresas públicas, deixando os trabalhadores brasileiros a mercê das mudanças ocorridas no mercado de trabalho, excluindo-os do mercado formal.

Assim, trabalhadores que antes participavam do mercado formal de trabalho vieram somar-se àqueles historicamente excluídos, ou seja, aos trabalhadores que nunca tiveram trabalho com carteira assinada, provenientes do mercado informal. A falta de uma política pública de inclusão social, de geração de trabalho e renda para a população, bem como a perda do trabalho formal significa para o trabalhador muito mais que a perda financeira, representa a perda de direitos e de seu *status* como cidadão.

Nesse cenário, na tentativa de amenizar esse problema que atinge milhões de trabalhadores desempregados surgem diversas alternativas. Sob diversos títulos como economia solidária, economia social, economia popular e solidária, economia de proximidade etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de

peças em diferentes partes do mundo. O Cooperativismo popular ou de trabalho pode ser destacado como uma das alternativas para resgatar a cidadania e viabilizar, especialmente aos trabalhadores desempregados, um projeto de geração de renda e inclusão social.

Diante desta questão, este ensaio tem como objetivo discutir o papel do cooperativismo como uma estratégia para a geração de trabalho e renda para a sociedade, além de abordar a importância das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) para o fortalecimento do movimento, visando assim se consolidar dentro de um novo modelo de economia.

## **2. Economia Solidária: gênese, conceito e princípios**

Para Singer e Souza (2000) a economia solidária surge para ser um modo de produção e distribuição contrário ao capitalismo, criado por aqueles que temem ou são excluídos do mercado de trabalho. A economia solidária une a capacidade de produção e consumo da produção simples de mercadoria com o princípio de socialização dos meios de produção do capitalismo e isso ocorre a partir do momento que os sistemas são operados por grande número de pessoas cooperando entre si. Deste modo, a ascensão atual da Economia Solidária tem por finalidade resgatar a luta histórica dos trabalhadores, como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

O conceito de Economia Solidária é defendido por Ponte Jr. (2004) como um meio de promover a geração de novas alternativas de inclusão social pelo trabalho proporcionando a democratização da gestão do trabalho; conhecimento sobre os segredos da produção; valorização das relações de cooperação; distribuição de renda; e fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

A economia solidária, de acordo com Singer (2000), não é uma criação intelectual, embora tenha recebido a colaboração de autores socialistas da primeira metade do século XIX, como Owen, Fourier, Buchez, Proudhon entre outros. A economia solidária, de acordo com autor, “*é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo*”. Sendo assim, não é precedente ao capitalismo industrial, mas o acompanha como uma “sombra”.

Desse modo, a Economia Solidária pode ser entendida como sendo:

*o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (BRASIL, 2007).*

O termo Economia Solidária é designado muitas vezes como sinônimo de terceiro setor. Visando diferenciar esses dois termos, França Filho (2002) destaca que, Economia Solidária e Terceiro Setor num primeiro momento podem parecer correspondentes, porém, eles pertencem a universos distintos. Assim, para este autor, a Economia Solidária é uma expressão européia que denota uma

problemática histórica ao estar contida na própria origem da idéia de Estado Social, abrangendo um debate sobre as formas de manifestação da solidariedade na economia, noções historicamente dissociadas. Enquanto o Terceiro Setor é uma expressão norte-americana mais voltada para os ideais de filantropia.

Portanto, Brasil (2007) enfatiza que, a Economia Solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico. Nesse sentido, é preciso compreender que o fenômeno economia solidária não tem a pretensão de se tornar um setor à parte (terceiro), mas ser capaz de interagir com o Estado e com o mercado elaborando arranjos organizacionais particulares que subordinem a lógica mercantil à ação coletiva (FRANÇA FILHO, 2002).

Pode-se mencionar, conforme Brasil (2007), os princípios gerais que norteiam a Economia Solidária:

*a valorização social do trabalho humano; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade; o valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas; busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista; busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial; a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social; é um poderoso instrumento de combate à exclusão social.*

Por conseguinte, a ajuda mútua; a responsabilidade; a democracia; a igualdade; a equidade e a solidariedade; a honestidade e a transparência; e a responsabilidade social, são os princípios marcantes na caracterização do que se denomina Economia Solidária (PONTE JR., 2004).

Segundo França Filho (2002), a economia solidária inspirada em escritos de Karl Polanyi pretende olhar a economia como abrangendo uma pluralidade de princípios do comportamento econômico, a chamada Economia Plural que apresenta quatro grandes princípios: o mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade que podem ser resumidos em três formas com rearranjos modernos: a) uma economia mercantil fundada no princípio do mercado auto-regulado; b) uma economia não-mercantil fundada na redistribuição; c) uma economia não-monetária fundada na reciprocidade. Assim sendo, este autor declara que é preciso ultrapassar a concepção de que somente a economia de mercado capitalista gera riquezas.

É importante ressaltar que, os princípios da Economia Solidária se convergem com os princípios do cooperativismo. Deste modo, Ponte Jr. (2004) salienta que, os tipos de empreendimentos solidários e cooperativas podem ser classificados quanto à natureza (associações, grupos; e cooperativas de distribuição ou serviços; Cooperativas, associações e grupos solidários de produção e trabalho; trabalho comunitário, mutirão, e grupos voluntários) e quanto à variedade de funções (empreendimentos solidários unifuncionais; empreendimentos solidários multifuncionais; associações comunitárias e cooperativas integrais).

Singer e Souza (2000) afirmam que há forte afinidade entre os princípios da economia solidária e a classe trabalhadora. Embora nem todos trabalhadores rejeitem o capitalismo, a maioria o faz e, por isso, quando se associam para comprar, vender, produzir ou consumir, fazem isto sob formas solidárias. Segundo estes autores, é notável a presença das empresas solidárias em todos os ramos de atividades considerando a ampla multiplicidade de organizações, sendo que sua importância pode ser observada em vários países, desenvolvidos e em desenvolvimento.

Todavia, a tarefa da economia solidária não é fácil na medida em que busca um equilíbrio entre lógicas distintas (racionalidade instrumental e racionalidade substantiva) e ainda carece de um maior desenvolvimento da sua estrutura teórica e estudos empíricos (FRANÇA FILHO, 2002). Assim, para Addor (2007), são muitos os desafios para que o movimento de solidificação da Economia Solidária continue numa curva ascendente, sem se desviar de seu rumo. As dificuldades de se construir alternativas solidárias dentro de um sistema excludente exige que os esforços sejam somados em prol de um outro possível mundo.

Mas, apesar de toda dificuldade de consolidação dentro do modo de produção vigente, a organização de empresas solidárias podem ser reconhecidas como revoluções locais que mudam os relacionamentos entre todas as partes envolvidas do sistema econômico, tanto no nível individual quanto social. Sendo assim, “o caráter revolucionário da economia solidária abre-lhe a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão” (SINGER e SOUZA, 2000).

### **3. Cooperativismo e a participação popular**

O cooperativismo é um instrumento de política pública que se caracteriza como um elemento favorável para a sociedade, e como tal pode ser visto como “*uma doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação*” (SANDRONI, 1985).

As origens do cooperativismo, conforme Santos (2002), surgem na Inglaterra, por volta de 1844, formada por iniciativa dos tecelões desempregados em Rochdale. O objetivo era fornecer produtos aos trabalhadores a preços justos e alcançar uma sociedade socialista baseada na democracia econômica. Este movimento tem sua ideologia baseada no igualitarismo, e se apresenta como uma alternativa à exploração capitalista do século XIX, ou seja, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, o cooperativismo tem suas raízes em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no país. Segundo SESCOOP/SP (2007), esse modelo

deu exemplo de sociedade solidária por mais de 150 anos, sendo fundamentado no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. Contudo, é em 1847 que tem início o movimento cooperativista no país, quando o médico francês Jean Maurice Faivre fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Para os autores, apesar de sua breve existência, essa organização contribuiu para a memória coletiva “como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro” (SESCOOP/SP, 2007).

Entretanto, foi somente a partir de 1932, com o Decreto N.º 22.239, que se concretizou juridicamente as cooperativas no Brasil, definindo-as, independente do tipo, como sociedades de pessoas e não de capital e com forma jurídica “sui generis”, inserindo-as fielmente, como empresa e como sociedade, na filosofia da cooperativa pioneira de Rochdale (SCHNEIDER, 1999).

Segundo Flores e Cardoso (1999), surgiu paralelo ao processo de transformação econômica, social e política provocadas pela industrialização, diferentes modelos de cooperativas: de crédito, de produção agrícola ou industrial, de serviços, de consumo e de trabalho, todas sempre voltadas para os mesmos princípios doutrinários.

De modo geral, pode-se mencionar como atuais princípios cooperativistas:

*Adesão voluntária e livre: As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, independentemente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa;*

*Gestão democrática: Cada associado representa um voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros;*

*Participação econômica dos membros: Todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente;*

*Autonomia e independência: O funcionamento da empresa é controlado pelos seus sócios, que são os donos do negócio;*

*Educação, formação e informação: objetiva destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial;*

*Intercooperação: é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços, viabilizando o setor como atividade sócio-econômica;*

*Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades, através da execução de programas sócio-culturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis. (SESCOOP/SP, 2007)*

Diante deste contexto cooperativista, Schneider (1999) enfatiza ser imprescindível o apoio do Estado ao desenvolvimento do cooperativismo, mas ressalta que o Estado tem interesse freqüente em continuar a exercer sua ingerência nas cooperativas, mesmo depois que tenham condições de autogestão. Pode-se dizer que o Estado se destaca com presença marcante no cooperativismo,

notadamente a partir da década de 1930, visando enquadrá-lo não apenas nas metas nacionais de desenvolvimento, mas principalmente como alternativa de desenvolvimento.

Nesse sentido, pode-se mencionar que houve no país um grande movimento cooperativista objetivando a autonomia cooperativista perante o Estado. As cooperativas reivindicavam dentro deste movimento além dos problemas de produção no campo, questões de cunho social. No entanto, apesar de conseguirem autonomia face o Estado, muitas dúvidas ficam com relação a autonomia das cooperativas, pois segundo Schneider (1999), é questionado a capacidade própria das cooperativas de se estruturarem e se desenvolverem sem a intervenção do Estado.

Este autor acrescenta ainda que relutando em suspender a ingerência do Estado, ameaça o processo autônomo e democrático do desenvolvimento cooperativista no país, gerando expectativas paternalistas, protecionistas e de dependência, além de comentar que dificilmente haverá verdadeiras cooperativas.

Em contrapartida Alcântara (2003) refere-se ao trabalho cooperativo enfatizando que este é ainda pouco difundido no Brasil, mas que mantém um movimento contínuo de dependência de cooperação interna nos grupos – para produção e/ou prestação de serviços – e cooperação externa intragrupos – para consolidar sua entrada no mercado.

Hirschman (1986) complementa que a formação de uma cooperativa é uma atividade que leva consigo sua própria recompensa, recupera a auto-afirmação, a confiança e a sensação de liberdade, além da emancipação em relação aos grupos dominantes. Assim, a cooperativa é capaz de suprimir intermediários, aumentar o poder de negociação, reivindicar redução de preços de alguns artigos que necessita (quantidade), dar mais autonomia aos associados e melhorar suas condições como grupo solidário.

No entanto, para que isso aconteça, é necessário haver participação. Porém, cabe ressaltar que a participação é um processo contínuo e constante, ou seja, conforme Demo (1993), não existe participação acabada nem completa. Dessa forma este autor define a participação como *autopromoção, que não pode ser uma concessão e nem deve ser entendida como uma dádiva, mas sim como uma conquista processual*.

Sendo assim, Santos (2002) argumenta que Karl Marx defendia que os *“cooperados podiam desempenhar um papel importante na emancipação da classe trabalhadora em relação ao capitalismo, desde que fossem aliados ao movimento trabalhista”*. Conforme este autor, os cooperados ganhavam confiança quando tomavam consciência de que podiam transformar as relações socioeconômicas prevalentes através da ação coletiva.

É importante salientar que as cooperativas e outras formas de ação coletiva em nível popular deve ser incompatível com os requerimentos estruturais dos regimes autoritários. Em diversos países latino americanos observa-se a intervenção nas cooperativas a fim de limitar sua atuação ou até suprimi-las, a não ser aquelas com o simples objetivo de melhorar as condições dos povos (HIRSCHMAN, 1986).

Assim, diante de um cenário atual cada vez mais competitivo, Alcântara (2003) vem apontar um grande desafio para as cooperativas, cujos empreendimentos sejam solidários e autogestionários, que é a criação de redes,

tendo como objetivo conectar unidades de produção e consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda. Desse modo, o modelo de redes está relacionado com existência de condutores capazes de conectar as diversas células produtoras e consumidoras num mesmo espaço temporal através da transmissão e condicionamento de informações constantes num banco de dados específico (ALCÂNTARA, 2003).

Segundo este autor, para a implementação de um modelo de redes, é imprescindível o mapeamento das cooperativas e associações já existentes além de traçar o perfil de cada qual, pois o “projeto coletivo” precisa constituir-se de acordo com cada realidade. Além disso, há necessidade de consonância e articulação entre o “projeto coletivo” e o “projeto pessoal”, pois sem esse envolvimento, a rede estará condenada à ruptura e descontinuidade, posto que, fundamentalmente, a rede preconiza que seus membros devam interagir, vendendo ou permutando produtos entre si.

Frente às transformações econômicas, sociais e políticas, é importante salientar que o cooperativismo, enquanto processo organizativo é visto como elemento promovedor da ascensão econômica. Mas, segundo Schneider (1999), ainda é necessário buscar modelos cooperativos próprios, ou seja, promover mais os movimentos espontâneos de cooperação e solidariedade, que assumam com muito mais consciência a responsabilidade todos os processos de crescimento orgânico e racional de uma cooperativa, isto é, quando realmente nascem de baixo para cima.

#### **4. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e o fortalecimento do movimento cooperativista**

Inseridas no cenário da Economia Solidária, surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que representam hoje uma importante vertente de extensão das universidades brasileiras. Na forma de projetos, programas ou órgãos das universidades, as ITCP têm a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares criadas por iniciativa de grupos de desempregados ou, que vivenciem situação de emprego / trabalho precarizado.

Conforme Oliveira e Dagnino (2007), este fenômeno se dá a partir da metade dos anos 1990, quando as ITCP emergiram nas principais universidades brasileiras, devido à preocupação de alguns professores, no que diz respeito ao agravamento do desemprego e miserabilidade, da má distribuição de renda e da pressão exercida por uma parcela da sociedade que necessita de respostas imediatas. Cabe ressaltar que, um programa como este, de Geração de Trabalho e Renda baseado no cooperativismo, poderia ser objeto de várias instituições públicas e privadas, não se limitando às universidades públicas (GUERREIRO et al, 2007).

No entanto, segundo Oliveira e Dagnino (2007), o surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, está relacionado com o aumento da exclusão social no País e se configura numa tentativa de utilizar os recursos humanos e o conhecimento das universidades na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias visando a sua inclusão no mercado de trabalho.

Pode-se enfatizar que um projeto como esse, no âmbito de um governo, municipal ou estadual, iria sofrer as conseqüências dos tempos do governo. Para Guerreiro et al (2007), a universidade reúne importantes condições de evitar a perda de continuidade. Mas, além da continuidade, a universidade garante maior imparcialidade. É um lugar onde os conflitos internos impedem, a princípio, determinadas hegemonias, ou seja, há o ingresso de novas pessoas a cada ano. A universidade é constituída de estudantes, isto é, grupos que mantêm a dinâmica e a coragem do novo.

Acredita-se então, que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares constituem uma fonte de recursos humanos (professores e estudantes) interessados em aprender e a trabalhar juntos com as comunidades carentes envolvidas, compondo assim um projeto de ensino, pesquisa e extensão universitária, no qual, o simples fato de nascer e se desenvolver no ambiente universitário poderá tornar este arranjo institucional exitoso (OLIVEIRA e DAGNINO, 2007).

Contudo, estes autores destacam que faz-se necessário transcender essa visão simplista, uma vez que o contexto em que surgem e se desenvolvem as incubadoras é, de um lado, oportuno para o seu desenvolvimento e crescimento e, por outro, ameaçador. Oliveira e Dagnino (2007) visualiza a oportunidade, a partir da tendência de que os precários níveis socioeconômicos, profundamente deteriorados pelo modelo político-econômico, tendem a se aprofundar ainda mais, fazendo com que as ITCP ganhem importância e potencialidade para se conseguir espaço nos diversos setores, como universidades, agências de desenvolvimento e Instituições de fomento.

Por outro lado, esses autores enfatizam que, existe uma grande ameaça de esse projeto não obter êxito, visto que o pressuposto da “transferência de tecnologia” da universidade para a cooperativa é uma das principais fragilidades das ITCP. Então, conforme Oliveira e Dagnino (2007) efetivar o relacionamento entre o ambiente universitário e a empresa capitalista, tem sido uma tarefa tentada nos últimos 50 anos, sem muito êxito, mesmo com o direcionamento político, é de se supor que devam existir dificuldades ainda maiores para que as incubadoras de cooperativas possam estreitar o relacionamento com a universidade, principalmente porque, as ITCP não fazem parte ainda do projeto político de desenvolvimento do País. Guerreiro et al (2007) ressalta a existência de outro gargalo, que a ITCP enquanto um programa universitário não consegue atuar, que é o crédito produtivo para as cooperativas populares.

## **5. Considerações finais**

Com base nas reflexões e discussões abordadas neste ensaio, pode-se salientar que, o Cooperativismo Popular emerge da organização de trabalhadores no sentido de resgatar, por meio do trabalho, a sua auto-estima e a conquista da cidadania. Além disto, no Cooperativismo Popular as pessoas são capazes de gerar trabalho e renda através da coletivização dos meios de produção e organização social do trabalho. Cabe ressaltar que neste tipo de empreendimento há a valorização do trabalho, do trabalhador, e não do capital, ou seja, não há mais-valia,

não há lucro, não há exploração nem apropriação do trabalho alheio. Ou seja, cada associado à cooperativa recebe proporcionalmente ao trabalho desempenhado.

Deste modo, é importante destacar que historicamente as pessoas vêm internalizando um modelo capitalista de produção, baseado na exploração do tempo de trabalho e no paradigma patrão x empregado. Sendo assim, nesse tipo de empreendimento, torna-se necessário que o trabalhador faça uma reflexão, o que implicará em um processo de (re)educação que o faz produzir e internalizar a dimensão do trabalho coletivo.

Nesta busca pela auto-estima do trabalhador, bem como pela cidadania e por uma nova forma de relação do trabalho, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares podem ser instrumentos de apoio à mobilização e empoderamento destes trabalhadores, auxiliando na capacitação técnica e na mobilização dos grupos incubados, incentivando a participação, a autogestão e a democracia interna, além de promover a transferência tecnológica da universidade para os grupos.

Por outro lado, não se pode ignorar os desafios encontrados por essas incubadoras, por exemplo, como a maioria das incubadoras não possui uma metodologia de incubação, é difícil medir o êxito dos empreendimentos incubados, além disto, conforme citado por Guerreiro et al (2007), as ITCP ainda não fazem parte do projeto político de desenvolvimento do País, o que torna inserto sua existência no futuro; e ainda tem o problema dos grupos que não conseguem caminhar por suas próprias pernas, ou seja, as ITCP ainda não conseguem solucionar a questão do crédito produtivo para as cooperativas populares, o que dificulta uma independência econômica para esses empreendimentos.

## 6. Referências Bibliográficas

ADDOR, F. **Desafios da Economia Solidária no Brasil: Uma sistematização da Literatura existente**. Princípios da Economia solidária: Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ. Disponível em: <<http://www.soltec.poli.ufrj.br>>. Acessado em: 28 de abril de 2007.

ALCANTRA, F. H. C. “Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares”. In: Heckert, Sonia Maria Rocha (Org.). **Cooperativismo Popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2003. 222p.

BRASIL, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acessado em: 30 de abril de 2007.

DEMO, P. **Participação é Conquista**, 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FLORES, M. S. C.; CARDOSO, R. I. Agricultura Familiar e Cooperativismo: Desenvolvimento e Complementaridade. In: Anais do **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Foz do Iguaçu – PR, 01-05 de agosto de 1999. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab240>>. Acesso em: 16/06/2007.

FRANÇA FILHO, G. C. **A Perspectiva da Economia Solidária**. In: FISCHER, Tânia (org) **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Casa da Qualidade: Salvador, 2002.

GUERREIRO, J.; GUIMARÃES, G.; EGLER, G.; SALOMÃO, I. L. **Empreendedorismo -Políticas Públicas voltadas para as Economias Solidárias e Empreendedorismo**. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

HIRSCHMAN, A. O. **El Avance em Colectividad**: Experimentos populares em la América Latina. México, Fondo de Cultura Econômica, 1986. 117p.

OLIVEIRA, J. A. P. "Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável". In: Cavalcanti, Bianor Scelza.; Ruediger, Marco Aurélio; Sobreira, Rogério. (Orgs.). **Desenvolvimento e Construção Nacional**: políticas públicas. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005. 200p.

OLIVEIRA, L.; DAGNINO, R. **As fragilidades das Incubadoras Universitárias de Cooperativas no Brasil**. 2004. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br>> Acesso em 2 de outubro de 2007.

PONTE JR, O. S. **Economia Solidária, Cooperação e Autogestão**. UFC. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br>>. Acessado em: 2 de maio de 2007.

SANDRONI, P. **Os economistas**. São Paulo. 1985. Abril Cultural.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. vol.2. 514p.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SESCOOP/SP, Secretaria Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Princípios cooperativistas**. Disponível em: <[http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/principios\\_cooperativistas.asp](http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/principios_cooperativistas.asp)>. Acessado em 15 de outubro de 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 128p.

SINGER, P; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000. 360p.